

USO PARCIAL DA AGENDA AMBIENTAL PÚBLICA, PROGRAMA A3P, COMO PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, VISANDO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E INTERDISCIPLINARES NA ESCOLA PÚBLICA.

Marlise de Almeida Fernandez Ramos¹
Francisco Antonio Pereira Fialho²

RESUMO: A inquietação que os temas relacionados ao desenvolvimento sustentável têm ocupado no meio acadêmico, político e social, tem levado a implementação de novas práticas nas organizações, possibilitando uma nova cultura de responsabilidade socioambiental nas instituições públicas e privadas. Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como principal objetivo propor a utilização de dois eixos temáticos da Agenda Ambiental Pública (Programa A3P), na escola pública estadual. Sendo estes: a “Gestão adequada dos resíduos gerados” e “Sensibilização e Capacitação de Servidores, a implementação destes eixos visa o desenvolvimento de práticas sustentáveis no ambiente escolar, com engajamento dos envolvidos. Sendo assim, o Programa A3P surge como ferramenta para desenvolvimento de atitudes “ecologicamente corretas” a serem utilizadas na organização, adaptando-se à sua realidade.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; engajamento; conscientização.

ABSTRACT: The concern that themes related to sustainable development have occupied in academic, political and social circles has led to the implementation of new practices in organizations, enabling a new culture of socio-environmental responsibility in public and private institutions. In this sense, this research's main objective is to propose the use of two thematic axes of the Public Environmental Agenda (A3P Program) in state public schools. These being: “Adequate management of generated waste” and “Staff Awareness and Training”, the implementation of these axes aims to develop sustainable practices in the work environment, with engagement from those involved. Therefore, the A3P Program appears as a tool for developing “ecologically correct” attitudes to be used in the organization, adapting to its reality.

Keywords: Social and environmental responsibility; engagement; awareness.

RESUMEN: La preocupación que los temas relacionados con el desarrollo sostenible han ocupado en los círculos académicos, políticos y sociales ha llevado a la implementación de nuevas prácticas en las organizaciones, posibilitando una nueva cultura de responsabilidad socioambiental en las instituciones públicas y privadas. En este sentido, el objetivo principal de esta investigación es proponer el uso de dos ejes temáticos de la Agenda Pública Ambiental (Programa A3P) en las escuelas públicas estatales. Siendo estos: “Gestión adecuada de los residuos generados” y “Concientización y Capacitación del Personal”, la implementación de estos ejes apunta a desarrollar prácticas sustentables en el ambiente laboral, con el compromiso de los involucrados. Por tanto, el Programa A3P aparece como una herramienta para desarrollar actitudes “ecológicamente correctas” a utilizar en la organización, adaptándose a su realidad.

Palabras clave: Responsabilidad socioambiental; compromiso; conscientización.

¹ Programa de Pós-graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Florianópolis/SC – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7998-7685>. e-mail: marlise.fernandez@posgrad.ufsc.br.

² Programa de Pós-graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Florianópolis/SC – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-6826-7180>. email: fapfialho@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com as constantes mudanças e o crescimento global, surgiu uma nova conscientização e preocupação com o consumo e o que este pode causar de nocivo ao ecossistema, aparecendo assim novas abordagens para preservação do meio ambiente, com uma cultura de consumo sustentável. Na administração pública foi criada a Agenda Ambiental Pública, Programa A3P (1999), que estimula os órgãos públicos do país a implementar práticas de sustentabilidade, o programa se dirige aos órgãos públicos das três instâncias (federal, estadual e municipal) e é estruturada em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis e sensibilização e capacitação de servidores.

A gestão ambiental do setor público depende de ações conduzidas segundo políticas públicas ambientais, através de instrumentos de ação, diretrizes e objetivos, com o intuito de produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente. Alguns desses instrumentos são a conhecida Agenda 21 e a Agenda Ambiental da Administração Pública ou A3P (Batista et al., 2019).

Os eixos do programa A3P são fundamentados pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos. Esta política, visa uma consciência ambiental com mudanças comportamentais, com finalidade de preservação do meio ambiente e práticas sustentáveis, conforme Alkimim (2015): “na busca por ampliar a formação de uma consciência ambiental, com o objetivo da mudança do comportamento individual para atingir-se uma reversão coletiva, foi então criada a política dos 5 R's” (p.34).

Portanto, os 5 Rs fazem parte de um processo educativo que tem por objetivo uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos (MMA, 2017). É a evolução e ampliação da política dos 3 Rs que foi criada no início dos anos 70, a política 5Rs teve a inclusão dos princípios: Repensar e Recusar (Alkimim, 2015). Além disso, os 5 Rs é uma recomendação de estilo de vida ecológico, popularizada pela ambientalista e escritora francesa Bea Johnson (Desperdício Zero). Com a adoção desta ferramenta no órgão público existe possibilidade de maior eficiência, redução de custos, aliados à preservação ambiental.

Convém destacar que, para que sejam estabelecidas as ações sustentáveis no ambiente de trabalho, desde pequenas mudanças de hábitos e atitudes que gerem economia, como o eixo gestão adequada de resíduos gerados na instituição, é necessário que sejam efetuados licitações e contratos, que muitas vezes demoram para serem aprovados e executados, devido ao fato da Administração Pública enfrentar problemas com a disfunção da burocracia, e este mecanismo faz com que haja demora para que sejam implementadas ações na resolução de diversas demandas

importantes, já que, é necessário seguir muitas regras e normas para concretizar os objetivos pretendidos.

Em vista deste contexto, apresenta-se o problema para o presente artigo: Como usar parcialmente estes dois eixos temáticos da agenda ambiental pública, do programa A3P, para direcionar a instituição escolar pública a desenvolver práticas sustentáveis com o engajamento de todos os envolvidos?

O objeto de estudo está baseado no portal antigo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) onde consta o Programa A3P da Agenda Ambiental Pública, também o tema Responsabilidade Social e Consciência Cidadã foi abordado em conjunto, baseado nas normas da CEF/88 e PCNs, de forma interdisciplinar, estando estes assuntos conectados à educação, meio ambiente, direito e gestão, estabelecendo um vínculo entre escola e sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

Sobre a Agenda Ambiental Pública (A3P) e o eixo temático “Sensibilização e Capacitação dos Servidores” e “Gestão Adequada de Resíduos Gerados” para a inserção da agenda com responsabilidade socioambiental na instituição.

Na busca de um bom embasamento teórico que apresente soluções na utilização da agenda ambiental pública em sua parcialidade, com emprego dos seus dois eixos temáticos de forma interdependente, para que esta pesquisa possa propor efetividade na implantação do eixo: “Sensibilização e capacitação dos servidores”, como forma de mudança da cultura organizacional, verificou-se que é necessário a adoção de comunicação interna transformadora para a promoção da responsabilidade socioambiental na instituição/escola pública.

O programa A3P foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser utilizado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade, em razão de o programa buscar incorporar princípios da Responsabilidade Socioambiental. Nas atividades da Administração Pública através do estímulo a determinadas ações embasadas nos seus eixos temáticos e segundo o que foi discutido no V Congresso de Gestão Pública (CONSAD, 2012): “para que este instrumento obtenha sucesso dentro do órgão é essencial que o público interno esteja afinado a uma só comunicação interna”.

Um exemplo interessante e bem-sucedido de adesão à agenda ambiental, de acordo com Lopes (V CONSAD, 2012), foi a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), que aderiu ao programa no ano de 2010 com o intuito de construir uma nova cultura institucional e estimular o público interno da instituição a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A instituição desenvolveu alguns projetos com ações exitosas durante este período, com realização de eventos, alguns em parceria com outras

instituições e com uma forte mobilização do pessoal para alcançar os objetivos propostos no projeto. Como exemplo dessas ações, podemos citar o circuito de trocas: com o objetivo de estimular o consumo consciente entre os servidores e divulgar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A intenção foi colocar em prática o princípio Reutilizar dos 5 R's, permitindo a realização de trocas de produtos que já não interessavam mais aos seus usuários, mas que poderiam ser úteis e interessar a outra pessoa, prolongando a vida útil do bem. Dentre outras ações realizadas por este órgão, o projeto “Diga não aos copos descartáveis” merece destaque, e teve sucesso com a adesão do quadro funcional, pois obteve um resultado satisfatório, tanto pelo lado econômico como pelo ambiental dentro da secretaria, demonstrando que esta nova cultura vem auxiliar nas práticas de consumo consciente, segundo Lopes (2012): “o objetivo geral do projeto era adotar prática administrativa sustentável visando reduzir o impacto ao meio ambiente” (p.13). Portanto, a adoção aos eixos da agenda ambiental implica ao órgão público estar em consonância com as regras e obrigações da sociedade, reduzindo os impactos ambientais causados pelas suas atividades do dia a dia.

Conforme descreve o portal A3P, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) é um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão: desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada de resíduos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. (A3P 2009, p.32).

Então, para que ocorra engajamento e conscientização dos servidores, é necessário que a sensibilização dos servidores seja acompanhada de iniciativas para a sua capacitação, por tratar-se de um instrumento essencial para construção de uma nova cultura, fornecendo orientação e informação a estes colaboradores. Também a qualificação dos gestores públicos permite um melhor desempenho das atividades implantadas. A formação dos gestores pode ser considerada como uma das condicionantes para efetividade da ação de gestão socioambiental no âmbito da administração pública. Para que isso aconteça, contudo, é indispensável que essas organizações comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, mesmo que seja para iniciar um processo de conscientização, atingindo docentes, funcionários e discentes e tomando decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas (Batista et al., 2019).

Enquanto isso, a “gestão adequada de resíduos gerados” auxilia na prevenção de resíduos gerados, propondo práticas de consumo consciente e um conjunto de instrumentos que proporcionam o aumento da reutilização dos resíduos e sua destinação adequada e redução de

custos. Assim, criando metas importantes e oportunidades para seu o gerenciamento correto, instituindo uma responsabilidade compartilhada entre gestor, alunos, servidores, comunidade escolar e sociedade civil do entorno, esta prática possibilita uma rede de cooperação e amplia a conscientização e hábitos de consumo sustentável, gerando responsabilidade social e engajamento. A aplicação do conceito de sustentabilidade à realidade requer uma série de medidas por parte do poder público e da iniciativa privada, buscando um alto nível de conscientização e de participação de ambos os lados (Santos, 2014).

Convém ressaltar que, estas ações, além de serem relevantes para a instituição e sociedade local, também são importantes para o planeta e estão relacionadas em vários planos de agendas a nível global (Agenda 21 e Agenda 30), como forma de preservar e tornar o meio em que vivemos mais saudável para as próximas gerações. O capítulo da Agenda 21 intitulado “Educação, Formação e Consciência Pública” aponta o desenvolvimento de currículos transdisciplinares, a investigação científica referente à sustentabilidade e a formação de uma rede de organizações e pessoas envolvidas que promovam a consciência ambiental como prioridades do ensino em torno da sustentabilidade (Madeira,2008). Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), para discutir os problemas ambientais, com a participação de representantes de diversas nações, como consequência deste encontro houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a elaboração de documentos colocando as questões ambientais como importante campo a ser discutida.

Então, no ano de 1987, com o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), resultado da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela ex-primeira Ministra da Noruega, foi criado o conceito de Desenvolvimento Sustentável, conforme o Relatório de Brundtland (Brundtland,1987), pressupõe um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Logo, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, ocorreu uma nova Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, e a Agenda 21 foi um dos principais resultados deste evento, documento assinado por 179 países, instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável, com o principal objetivo de criar soluções para os problemas socioambientais a nível mundial, baseado no seguinte pensamento: “ pensar globalmente, agir localmente”. A Agenda 21 Global teve seu conteúdo dividido em quatro seções: Dimensões social e econômica; Conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; e Meios de implementação (Agenda 21, 1995).

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E CONSCIÊNCIA CIDADÃ

De acordo com a Agenda 21, criar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos é um grande desafio para a implantação do programa A3P e ao mesmo tempo fundamental para o seu sucesso. A utilização dos eixos da A3P na escola pública é muito importante para a efetividade das ações no meio social, visto que a educação constitui um meio para viabilizar outros direitos e exercer de fato a cidadania, desse modo, a implantação do programa A3P na escola pública, com a sensibilização, conscientização e engajamento do pessoal através das mudanças de hábitos e atitudes que gerem economia e promovam a responsabilidade socioambiental é uma ação estimulada pela Constituição Cidadã, que preconiza em seu artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim como, este artigo da Constituição Federal- CEF/88 descrito acima liga o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ao princípio da dignidade da pessoa humana, evidencia como os sistemas estão interligados e se complementam. Devido a estas urgências em relação ao cuidado com o ecossistema, no ano de 2015 surgiu a Agenda 30, com um dos seus objetivos relacionados à Educação e com a proposta de colocar o mundo em um caminho mais sustentável, este documento dispõe de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas associadas, e Educação de qualidade consta no ODS 4, o que demonstra como é fundamental incluir a educação, e especificamente, a ambiental nos componentes escolares para que o aluno tenha conhecimento sobre este assunto para poder colocar em prática atitudes sustentáveis em sua comunidade. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo seus 17 ODS, foi adotada em 2015 pelos chefes de Estado e de Governo em uma cúpula especial da ONU. A adoção da Agenda 2030 foi uma conquista histórica, proporcionando uma visão global compartilhada para o desenvolvimento sustentável para todos (Maruyama et al., 2018).

Em decorrência destes fatos, pode-se concluir que, a Educação Ambiental conectada nesta perspectiva de meio ambiente, necessita ser analisada sob uma nova ótica, sendo proposta em uma dimensão emancipatória e transformadora da educação, contribuindo para a melhoria na relação sociedade e natureza, formando assim consciência de cidadania socioambiental.

Podemos definir a Educação Ambiental como sendo uma práxis social que, ao favorecer a interdependência constitutiva entre o eu e o outro em relações sociais na natureza, estabelece processos dialógicos com a finalidade de emancipar as pessoas e transformar a realidade por meio de um processo reflexivo e politicamente comprometido com a revolução das subjetividades e práticas nas estruturas societárias capitalistas. (Loureiro, 2007, p.21).

Para que ocorra uma mobilização socioambiental referente a estas práticas, com ações

efetivas onde a utilização dos eixos temáticos da A3P estimule a reflexão e a mudança de comportamento de todos, é necessário que os servidores incorporem os critérios da gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, associando à comunicação interna com a conscientização, para que o engajamento aconteça de forma abrangente, resgatando valores com ações pedagógicas afetivas e efetivas, que também promovam sua autoestima. A educação ambiental fornece noções de ética ambiental na busca de um equilíbrio ecológico e qualidade de vida, colaborando assim na relação humano - meio ambiente (Zitzke, 2002).

A proposta de Gestão Ambiental utilizando a A3P e estes eixos temáticos defendidos, transcende os aspectos meramente econômicos, buscando por mais complexa que seja, uma máxima aproximação entre o processo produtivo de uma entidade e o seu compromisso socioambiental, conforme destaca Gadotti:

Sem uma preocupação social, o conceito de “desenvolvimento sustentável” esvazia-se de sentido. Por isso, devemos falar muito mais do “socioambiental” do que do “ambiental”, buscando não separar as necessidades do planeta das necessidades humanas. (Gadotti, 2008, p. 49).

Relacionando-se esta proposição acima ao fator humano, segundo descreve a assessora técnica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Maria Lailze Simões Albuquerque Cavalcante, na revista “**Controle, doutrina e artigos**” (elaborada pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará), esta autora enfatiza que: “a qualidade de vida no ambiente de trabalho visa a facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na administração pública, esta se concentra permanentemente para uma melhor qualidade de vida no trabalho, promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, o melhoramento das condições ambientais gerais, a promoção da saúde e da segurança, a integração social e o desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores” (2012).

Sendo assim, o desenvolvimento do eixo temático “Sensibilização e Capacitação de Servidores” na instituição tenciona a mobilização em conjunto de todas estas ações de forma interdisciplinar, abrangendo educação, saúde, meio ambiente, responsabilidade social e estas geram uma rede de interação.

3 METODOLOGIA

A presente Seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar a resposta do problema de pesquisa e os objetivos propostos para o estudo. Com a finalidade de apresentar os passos utilizados na realização desta pesquisa, a seção está subdividida em:

característica da pesquisa e método escolhido, coleta de dados e análise de dados. No intuito de responder ao questionamento inicial e superar o senso comum é necessário o aprofundamento da realidade através da utilização do conhecimento científico e métodos que abonem a procedência dos fenômenos sociais e do seu objeto.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No objetivo de alinhamento com o procedimento metodológico, o estudo ampara-se numa pesquisa de ordem qualitativa aliada às Ciências Sociais, pois esta, com suas peculiaridades, distancia-se da objetividade, generalização, e muitas vezes da quantificação. Este estudo pode ser caracterizado como exploratório-descritivo, pois buscou através de levantamentos bibliográficos e documentais de artigos, publicações, revistas da área e periódicos fazer uma análise e contribuição sobre o tema proposto (Vergara,2006) com a finalidade de propiciar o maior conjunto possível de informações sobre o fenômeno estudado. Embora, em alguns casos, a pesquisa quantitativa seja necessária para que haja aproximação da realidade, na coleta de dados, análise estatística, com a efetivação dos objetivos pretendidos, neste caso, a pesquisa qualitativa é a mais adequada.

Os dados foram coletados por meio de observação simples, para esta análise foi utilizado o método indutivo em conjunto, pois conforme descrito por Gil (2008) no livro Técnicas de Pesquisa Social: “esses são métodos importantes para atingir o conhecimento nas Ciências Sociais, devido ao abandono da postura especulativa, sendo que a partir desses foram definidas técnicas de coleta de dados e elaboração dos instrumentos capazes para mensurar os fenômenos sociais”(p.16) , então, pode-se utilizá-lo com segurança.

Uma vez que, esta pesquisa tem por característica, descrever, compreender, explicar, observar, conhecer e analisar o assunto, para isso, foi necessário selecionar artigos que discutem, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, A3P, Agenda 21, Agenda 30, dentre outros da mesma área. Foram utilizadas as pesquisas de ordem exploratória, descritiva e explicativa, no intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema. É comprovado que, buscar informações, identificar fatores que determinam ou contribuem para as ocorrências dos fenômenos é necessário para que com esta interação seja possível detalhar e chegar a uma conclusão aproximada da verdade dos fatos.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para Gil (2008), a análise tem por objetivo organizar os dados apresentados, de forma que possibilitem o fornecimento da resposta do problema exposto. Na primeira etapa, as informações apuradas por meio da leitura da Agenda Ambiental Pública (A3P) no seu portal (Portal A3P) e participação do curso EAD promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no intuito de

reunir dados confiáveis sobre o programa para utilizar como fonte na pesquisa e elaboração da mesma.

Dado que, nos passos que constam nas orientações do documento na plataforma A3P é demonstrado como implantar os eixos da Agenda ambiental pública, partindo da realização do diagnóstico da instituição, elaboração do planejamento das ações, apoio à implementação destas e por último, seu monitoramento, então, é possível chegar à análise dos dados com segurança. Sendo de suma importância também fazer um diagnóstico quanto à sustentabilidade para garantir a eficiência e aplicabilidade dos eixos, identificando através de indicadores, o desempenho e as falhas.

Por fim, a coleta de informações exploratórias através de observações e busca de conhecimento em banco de dados secundários, permitem uma boa exploração do tema pesquisado, conduzindo a uma resposta assertiva sobre o problema, na construção de uma solução próxima da ideal.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em virtude dos fatos mencionados, verificou-se que para encontrar solução para o problema do eixo “Sensibilização e Capacitação dos Servidores” é essencial que a comunicação seja tratada como uma ferramenta estratégica de gestão no trabalho, pois deste modo possibilita uma cultura de pertencimento gerando inclusão e diversidade de pontos de vista. Pois, sendo a organização um sistema vivo, necessita de conexão para que flua uma sinergia entre todos os envolvidos, no sentido de cooperação mútua. Cada vez mais, está comprovado que esta cultura promove Felicidade no local de trabalho e isto proporciona melhores resultados e engajamento do pessoal. Por este sentido, Lima (2003), fala que a comunicação é indispensável para ter acesso uma ao outro, pois, integra o contexto da organização, estimula a coordenação das atividades, de modo que as instituições consigam alcançar seus objetivos.

Conforme explica esta autora acima, comunicação é de extrema importância nas relações humanas e para as funções administrativas. Para as relações humanas permite a troca de informações, possibilita a divulgação do pensamento e estabelece a interação entre as pessoas, já nas funções administrativas, define as condições a direção dos movimentos dos processos no interior das empresas, sendo assim, é imprescindível para que haja o engajamento do pessoal nos programas, para a sua real aplicabilidade.

Diante destes argumentos, fica claro que sem a comunicação entre os servidores da instituição, é praticamente impossível que o programa A3P tenha sucesso, conforme Melo (2006), “a comunicação interna deve ser vista como instrumento da administração estratégica para atingir a eficácia organizacional e deve estar inserida em todos os meios hierárquicos da instituição”. Esta

autora aponta ainda, que a comunicação efetiva só se estabelece em clima de verdadeira autenticidade, caso contrário, só haverá jogos de aparência, desperdícios de tempo e comportamentos anticomunicação. Deve ser desenvolvido um clima organizacional que sustenta o clima comunicacional e seus programas, assegurando que o conteúdo seja efetivamente aplicado pelos indivíduos.

Uma vez que, Felicidade do trabalhador impacta na sua produtividade e conforme o Relatório Mundial de 2012 (reunião de alto nível da ONU sobre felicidade e bem-estar), o engajamento é um dos pilares de Felicidade para políticas públicas, conseqüentemente, constata-se que a felicidade e reconhecimento geram engajamento se tornando um círculo virtuoso.

Já que, para chegar à resposta para esta pesquisa, em primeiro lugar verifica-se que é necessário interação dos servidores para a efetividade das ações, a partir dessa conscientização e engajamento do quadro funcional, há possibilidade da execução das atividades, diante disso, conclui-se que é preciso que haja treinamentos, parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa, com execução de eventos e palestras para a formação dos servidores, com o intuito destes conhecerem os eixos temáticos da agenda ambiental pública, para assim, poderem desenvolvê-los no âmbito escolar.

Também a participação destes servidores no curso EAD sobre a A3P disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente(MMA), é um diferencial na obtenção de informações e conhecimento dos eixos temáticos e das ações implementadas pelo programa, como o exemplo da Secretária de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), citado anteriormente na pesquisa, com o circuito de trocas, que estimula o consumo consciente e o projeto “Diga não aos copos descartáveis”, já que estes obtiveram um resultado satisfatório neste caso e as instituições escolares podem utilizar para estimular aos seus alunos e servidores a incorporar princípios e critérios de práticas de responsabilidade socioambiental e construir uma nova cultura institucional.

Por isso, o primeiro passo para que estas ações se concretizem é proporcionar ampla divulgação e acesso ao eixo temático: “Sensibilização e Conscientização dos Servidores”, mobilizando servidores e comunidade escolar, unindo esforços na articulação de ações para que se efetivem. O emprego dos 5 R’s (repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar) o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos é uma ferramenta que deve ser estabelecida, bem como um programa de educação ambiental e comunicação com informações que cheguem a todos. Do mesmo modo, cabe ao gestor escolar buscar conhecimento sobre o programa A3P, para viabilizar a forma de planejar, organizar, controlar e diminuir impactos ambientais nas atividades administrativas e operacionais na instituição, uma vez que , o programa possibilita uma melhor forma de diagnóstico e gerenciamento, e é uma estratégia para a mudança da cultura da instituição.

Considerando que o ponto principal é o de ordem comportamental, em razão de existir uma limitada consciência pública ambiental, a interação dos servidores para a efetividade das ações do programa A3P, através da utilização dos dois eixos temáticos nas escolas é essencial. O ideal é promover parcerias com institutos, fundações ou aderir ao programa A3P que possui a Rede A3P, sendo que, esta fornece eventos com: cursos, palestras, fóruns, prêmios, seminários, contando com o Ressoa (sistema de monitoramento de gestão ambiental) e boas práticas, para que isto aconteça, há necessidade de adesão à agenda e participação contínua da instituição, por um período de cinco anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, ficou evidente na pesquisa que o gestor necessita contar com o engajamento do seu quadro funcional para obter os resultados pretendidos, isto é, aderir aos dois eixos da agenda ambiental pública, praticando ações sustentáveis nas suas atividades rotineiras. O gestor necessita fazer um diagnóstico com informações e análise do contexto para obter sucesso na consolidação dos seus objetivos. Sendo fundamental que além do engajamento de todos os envolvidos exista alinhamento para que as demandas sejam executadas.

O eixo temático “Sensibilização e Capacitação dos Servidores”, constitui um tópico relevante para a mudança de hábitos, pois o comportamento e padrões de consumo impactam diretamente neste processo e é necessário a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades na instituição (escola). Para que essas mudanças ocorram é indispensável o engajamento individual e coletivo, com ações de capacitação que contribuam para o desenvolvimento de competências e conscientização nas questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente e sua preservação, nas tarefas cotidianas no ambiente de trabalho.

O processo de capacitação dos servidores demanda realização de campanhas para esclarecimento e proporciona acesso democrático ao conhecimento, novas tecnologias e troca de experiências, isso contribui de forma concreta para a formação de redes no setor público, criando uma consciência cidadã da responsabilidade socioambiental dos servidores públicos e amplia a cultura de sustentabilidade nas atividades do setor, já que estas ações mobilizam a sociedade. Para que isso aconteça, contudo, é indispensável que essas organizações comecem a incorporar os princípios e práticas da sustentabilidade, mesmo que seja para iniciar um processo de conscientização, atingindo docentes, funcionários e discentes e tomando decisões fundamentais sobre planejamento, treinamento, operações ou atividades comuns em suas áreas físicas (Tauchen & Brandli, 2006).

Já o eixo temático, “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” da agenda ambiental, constitui uma proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos

para a prevenção e reutilização de materiais, gerando redução de custos, propiciando uma estratégia no enfrentamento dos conflitos socioambientais, e certamente, em conjunto com a sensibilização dos servidores, propicia que as ações sejam concretizadas.

Assim sendo, constata-se que a utilização destes eixos temáticos do Programa A3P, agenda ambiental na administração pública, pode estabelecer um elo entre instituição pública e sociedade civil, além de promover uma cultura institucional sustentável com responsabilidade socioambiental, proporcionando qualidade de vida no local de trabalho e no seu entorno, promovendo uma relação saudável com o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

Agenda Ambiental na Administração Pública. (1999) <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p.html>.

Agenda 21 Global. (1992) <https://antigo.mma.gov.br/agenda-21/agenda-21-global.html>

Alkmim, E. B. (2015). Conscientização ambiental e a percepção da comunidade sobre a coleta seletiva na cidade universitária da UFRJ. 150 p. [Dissertação Mestrado de Engenharia Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://www.dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli1443.pdf>.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. (2011). Notícias Assembléia Legislativa do Estado. <https://www.al.ce.gov.br>.

BATISTA, Agleilson Souto; MORAES, Ionete Cavalcante de; ALBUQUERQUE, José de Lima; CORREIA-NETO, Jorge da Silva. Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a Partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.44, p. 276-292. ISSN: 1981-1179.

Brasil, Constituição da República do Brasil. (1988). <https://www.planalto.gov.br>.

Gadotti, M. & Gerhardt, Tatiana Engel. (2009) Métodos de Pesquisa. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. Editora UFRGS.

Gil, Antonio Carlos. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atlas.

Nascimento, Luis Felipe. (2016). Gestão Ambiental e Sustentabilidade. (3a ed. rev.). UFSC.

Lopes, Marcos, Nascimento & Silva, Chintia Costa. (2012, June 4-5). Agenda ambiental como instrumento de mudança da cultura institucional. [V Congresso CONSAD de Gestão Pública] Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Brasília/DF. <https://www.consad.org.br>.

Loureiro, C. F. B. & Cossío, M. F. B. (2009). Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental". Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. (3ª ed., p. 57- 64). Cortez.

Melo, Vanessa Pontes Chaves.(2006). A comunicação interna e sua importância nas organizações. (vl. 1). Tecitura.

Ministério do Meio Ambiente.(2023). A política dos 5 R's. <http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9410>.

Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Parâmetros Curriculares Nacionais. (2023). <http://www.portal.mec.gov.br>.

Silva, Sérgio. A Gestão ambiental em instituições de ensino básico: Proposta de SGA para implantação em escola pública. (2015,13 e 14 agosto). [XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão].www.inovarse.org.

Os 5 Rs da Sustentabilidade. (2017). V Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento.[Programa de Pós-graduação em Economia & Desenvolvimento Universidade Federal de Santa Maria]. Santa Maria-RS.

Zeitoune, B., Aires Trigo, J., Guimarães Monteiro Trigo, A., & Gomes Rosa Maruyama, U. (2019). Práticas Sustentáveis: Adoção de Cultura Institucional em IES. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 13(1), 150-168. <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i1.28165>.